



Na Mídia

24/08/2023 | [Circle News](#)

Legislação pode catalisar potencial de bioinsumos



- *Brasil é o maior produtor, exportador e consumidor de bioinsumos*
- *PLs tramitam no Congresso para regulamentar o mercado*
- *Uso de defensivos e insumos biológicos impacta pegada de carbono*

Nessa corrida, o Brasil saiu na frente. É o maior produtor, exportador e consumidor de insumos biológicos para a agropecuária do planeta. Em tempos de agenda ESG e busca por produtividade com baixa emissão de carbono, a demanda por recursos biológicos para substituir os agrotóxicos e fertilizantes químicos, só tende a crescer. Com o potencial de reduzir a pegada ambiental da agropecuária, a regulamentação pode dar vazão aos investimentos, consolidar e desenvolver esse mercado.

A expansão já está em andamento. O mercado de bioinsumos movimentou 3,3 bilhões de reais na safra de 2020/21, mais que o triplo do valor movimentado na safra 2019/20, 1,03 bilhões de reais. Nesse período a adoção de controle biológico subiu de 17% da área total no país para 28%, segundo levantamento do S&P Global.

Esse crescimento se deve a uma combinação de fatores, como a busca por práticas sustentáveis na agricultura, as leis mais rígidas sobre o uso de agrotóxicos e a crise de oferta provocada pela guerra entre Ucrânia e Rússia – país que é o principal fornecedor fertilizantes sintéticos para o Brasil.

Adicionalmente, as regulamentações mais rígidas sobre o uso de produtos químicos na agricultura e, mais recentemente, as turbulências no mercado de fertilizantes sintéticos importados causados pela situação na Ucrânia, contribuíram para esse cenário.

Domicio dos Santos Neto, sócio do Santos Neto Advogados afirma que os bioinsumos desempenham um papel fundamental da adaptação da agricultura às mudanças climáticas. “Nesse contexto, o setor do agronegócio surge como o principal beneficiário dessas transformações”, diz. Santos Neto ainda considera o mercado “incipiente”, com potencial ainda maior de expansão.

“A conjunção desses fatores sugere um futuro promissor para o mercado de bioinsumos. O interesse econômico dos participantes, o respaldo das autoridades governamentais e o apoio da sociedade em geral reforçam a projeção de um crescimento substancial nos próximos anos. Esses produtos, processos e tecnologias de menor impacto econômico e ambiental têm tudo para desempenhar um papel cada vez mais relevante no agronegócio.”



Regulamentação

conceito de bioinsumos é bastante amplo. São produtos derivados de materiais biológicos, como resíduos agrícolas, resíduos orgânicos e outros recursos renováveis, que podem substituir produtos químicos convencionais ou materiais de base fóssil na produção, armazenamento ou beneficiamento de produtos agropecuários. Vão desde biofertilizantes e bioestimulantes para o desenvolvimento de lavouras até biodefensivos para o controle de pragas.

Com um conceito tão amplo, o desafio é criar uma legislação que atenda às necessidades do mercado. Um primeiro passo o Programa Nacional de Bioinsumos, criado em 2020 para identificar os bioinsumos, estabelecer objetivos e instrumentos para o programa. Isso provocou um salto nos registros de novos produtos biológicos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Mas o Programa Nacional de Bioinsumos ainda precisa de regulamentação. Dois projetos de lei tramitam no Congresso Nacional tentando oferecer uma estrutura legal específica para os recursos biológicos, os PLs 658/21 e 3.668/21. Entre outras determinações, os projetos tratam da regulação da produção, transporte, armazenamento e o uso de bioinsumos.

José Diaz, sócio do Demarest Advogados diz que o arcabouço regulatório é importante para trazer segurança jurídica a empresas e investidores. “Estão todos esperando que o Congresso aprove essa legislação para virar a página”, afirma.

Diaz avalia que parte do crescimento do mercado nos últimos dois anos se deve a uma corrida das empresas para registrar produtos antes da aprovação das leis.

“Quem já tem um registro no MAPA vai ter um período para adaptação à nova legislação, mas enquanto isso, ele está lá vendendo o produto. Aquele que estiver começando um projeto do zero e tiver que fazer um registro desde o começo, a tendência é de que ele terá que respeitar todo o *framework* novo e, com isso, o prazo para conseguir um registro, e até mesmo custo o custo, tendem a ser mais altos.”



Investimento

O governo federal está investindo na produção de bioinsumos. O Plano Safra 2023/2024, por exemplo, prevê linhas de créditos para práticas agropecuárias sustentáveis específicas, como o Programa RenovAgro e o Inovagro.

Há também grande interesse da iniciativa privada, com recursos vindos de investidores estratégicos, que já estão na cadeia de químicos e insumos agrícolas. Um exemplo foi a compra de 83% do capital social da empresa catarinense Agric, especializada na gestão de compostagem de resíduos orgânicos para a produção de biofertilizantes, pela Energisa Biogás.

Os investidores financeiros também estão atentos ao mercado, buscando, principalmente, *startups* dedicadas à pesquisa, estudo e produção de bioinsumos. Em 2022, o fundo brasileiro Aqua Capital investiu na *startup* SoulBio, especializada em manejo biológico *on farm*, e, em 2021, o fundo asiático GIC aportou recursos na Biotrop, focada no desenvolvimento de insumos biológicos.

Pegada de carbono

A produção e o uso de bioinsumos podem gerar créditos de carbono para o Brasil. Enquanto os fertilizantes sintéticos provocam reações no solo, desencadeando a emissão de Gases de Efeito Estufa, os biofertilizantes ajudam a remover e fixar o carbono da atmosfera.

Os insumos biológicos também podem reduzir a emissão de metano decorrente da pecuária, gastam menos energia para serem produzidos e contribuem para a melhoria da eficiência no campo – reduzindo a necessidade de desmatamento para expansão agrícola.

Tatiana Matiello Cymbalista, sócia da Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados explica que o Brasil tem um perfil de emissões de Gases de Efeito Estufa diferente de outros países. Enquanto nas nações

desenvolvidas a pegada de carbono decorre da produção de energia e dos transportes, aqui ela é consequência de mudanças de uso da terra e da floresta (incluindo o desmatamento) e da agropecuária.

“A pesquisa, produção e utilização podem reduzir consideravelmente as emissões do Brasil associadas à agropecuária. A intensificação do uso de bioinsumos na agropecuária brasileira é uma das estratégias de descarbonização da nossa atividade econômica.”

